



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 01435297120198060001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE WELLINGTON DA SILVA SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DO LAUDO PERICIAL**  
**AUSÊNCIA DE ASSINATURA**

**Inicialmente verifica-se que o laudo pericial apresentado não possui assinatura do periciado, conforme imagem abaixo:**

<b>Informações da Vítima</b>	
Nome completo:	Jose Wellington da Silva Souza
CPF:	000.051.823-95
Endereço completo:	Croa Grande Ce
<b>Informações do Acidente</b>	
Local:	Quixadá - Ce
Data do acidente:	29/01/2018
<b>Concordância com a realização da avaliação médica</b>	
Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 0143529-71.2019.8.06.0001, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 30 Vara Cível ou JEC da Comarca de Fortaleza-CE.	
Fortaleza - CE, 16 de março de 2020	
_____ local e data	
_____ assinatura da vítima	
<b>Avaliação Médica</b>	

**Deste modo, a parte Ré vem impugnar o presente documento, eis que a ausência de assinatura impede a validação do respectivo laudo.**

**DAS DEBILIDADES CONSTATADAS**  
**NO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 11.812,50 (onze mil e oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Ora Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

**Outrossim, caso o entendimento de V. Exa. seja diverso, que seja respeitado o LIMITE MÁXIMO INDENIZÁVEL no valor de R\$ 13.500,00, bem como o próprio valor da causa de R\$ 1.687,50.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 23 de outubro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**